



FACULDADE KURIOS – FAK
DEPARTAMENTO DE GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
GERLÂNDIA EVARISTO DE OLIVEIRA

MARAGUAPE-CE

2018

GERLÂNDIA EVARISTO DE OLIVEIRA

A INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao Departamento
de Graduação, Pesquisa e Extensão
Curso de Licenciatura em Pedagogia,
sob orientação da Professora especialista
Lidiane Pereira Xavier

MARAGUAPE – CE

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

GERLÂNDIA EVARISTO DE OLIVEIRA

A INDISCIPLINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada à Banca examinadora do programa de Graduação Licenciatura plena em Pedagogia da Faculdade Kurios- Fak, como requisito parcial para obtenção de título de Graduada em Pedagogia.

Monografia aprovada em ____ / ____ / ____ Nota: _____

GERLÂNDIA EVARISTO DE OLIVEIRA

BANCA EXAMINADORA:

Lidiane Pereira Xavier – Prof. Orientadora.

Apresentada à banca

Diretor(a) Acadêmico (a)

MARANGUAPE -CE
2018

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus familiares, que estiveram sempre comigo durante os meus trabalhos, aos meus professores que contribuíram para a minha formação acadêmica, a Deus por ter mim ouvido nos momentos mais difícil desta caminhada, a minha filha e ao meu esposo que estão sempre do meu lado.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, á todas as pessoas que contribuíram com essa pesquisa, meu marido e a professora que me orientou, através de suas análises e orientações que podemos melhorar cada vez mais as nossas ações desenvolvidas tanto na academia, como na minha vida profissional.

“Acreditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos”.

Paulo Freire

RESUMO

A questão disciplinar no contexto histórico sempre esteve ligada a diversos aspectos sociais, educacionais e políticos, e principalmente no que se refere ao ambiente escolar e educativo, pois é um elemento indispensável na organização desse espaço. Até o final da idade média, a criança era considerada um adulto em miniatura, sendo educados pela família até os sete anos de idade, quando, então era considerada apta a viver no mundo dos alunos, compartilhando suas experiências e aprendendo seus ofícios. A escola em geral como a família são reféns da indisciplina, ainda, classifica como ato de indisciplina bagunça, muita falta de limites, maus comportamentos, desrespeitos às figuras de autoridades entre outros. Assim, a prática indisciplinar é desenvolvido através das relações humanas e social através das culturas, valores, crenças e costumes praticados na sociedade em geral e no seio familiar. E esse trabalho faz um paralelo do contexto histórico da educação infantil no brasil e no mundo e no comportamento das crianças estando na idade média, como na sociedade contemporânea em relação à disciplina e a indisciplina.

Palavras- chaves: Indisciplina, disciplina, família, aprendizagem e dificuldades

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	-----
1. A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS ESPECIFICIDADES	-----
1.1 Evolução da Educação Infantil.	-----
1.2 O desenvolvimento da educação infantil no século XXI	-----
2. A DISCIPLINA E A INDISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR	-----
2.1 Motivação e Incentivo na Aprendizagem	-----
2.2 A Importância do Planejamento Para a Disciplina no Âmbito Escolar	-----
2.3 A Importância do Lúdico na Educação Infantil	-----
3. A INDISCIPLINA SOB OS VÁRIOS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO	-----
3.1 O Papel da Família Frente à Indisciplina	-----
3.2 O Papel do Educador Frente a Indisciplina	-----
3.3 O Papel do Núcleo Gestor Frente a Indisciplina	-----
CONCLUSÃO	-----
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	-----

INTRODUÇÃO

A questão disciplinar no contexto histórico sempre esteve ligada a diversos aspectos sociais, educacionais e políticos, e principalmente no que se refere ao ambiente escolar e educativo, pois é um elemento indispensável na organização desse espaço.

Diante de alguns estudos realizados no curso de pedagogia tanto nas disciplinas acadêmicas como nós e estágios em Educação Infantil, surgiu o interesse de entender o processo de disciplina aplicado na Educação Infantil, devido ao fato de se presenciarem alguns conflitos envolvendo regras entre docente e discente no Centro de Educação Infantil Indígena Curumim e Cunhatã onde estagiei.

Fatos estes que fazem crer que a pesquisa sobre as práticas disciplinares se torna importante, desde a primeira etapa escolar, pois contribuirá para maior reflexão acerca da indisciplina no ambiente escolar, trazendo embasamento teórico e prático para futuras questões nesse sentido. Pode-se afirmar que a indisciplina está presente desde os primeiros anos de vida da criança tanto no ambiente familiar quanto educacional, pois a criança começa a conviver com seus familiares, a dividir seus pertences e ter horários específicos para cada momento diário, sendo assim, pode apresentar insatisfação e conseqüentemente apresentar quadro de indisciplina.

Para subsidiar este estudo utilizar-se-á como método de análise o Materialismo Histórico dialético, o qual defende que a organização da vida produtiva influencia diretamente no modo de pensamento e atitudes do sujeito e neste sentido o ambiente pode exercer grande influência nele, ou seja, pode influenciar no seu comportamento, nas atitudes e na sua personalidade.

É sabido que o ambiente escolar da Educação Infantil pode influir no comportamento da criança, pois nele a criança se depara com novas culturas, hábitos e regras. Acredita-se que o ingresso de algumas crianças na Educação Infantil se caracteriza pela separação dos pais, por tempo curto ou longo, mas

pode ser o primeiro contato das crianças com outras ou com outros adultos num convívio social, exigindo regras, divisão de espaços, pertences, mudanças, etc.

Assim nesse processo de socialização a criança poderá apresentar alguns comportamentos aparentemente indisciplinados, acarretando possíveis desconfortos e rejeição das outras crianças.

Tais vivências e estudos referentes ao curso de pedagogia, também trouxeram a crença que as práticas planejadas e executadas em sala de aula podem modificar o andamento do trabalho e o desenvolvimento da criança. Sendo assim, é necessário entender como elas se processam e quais são os resultados das mesmas, levando em consideração o planejamento, as propostas e a atuação do professor da Educação Infantil.

De uma forma geral, pode-se atribuir a indisciplina na educação infantil após o surgimento das creches e das pré-escolas as mudanças sociais, econômicas e políticas como também as mudanças na estrutura familiar, pois foram essas mudanças que atribuíram as características que a Educação Infantil tem na atualidade, com isso, esta foi se “moldando” conforme as transformações na sociedade, surgindo assim uma educação de qualidade e para todas as classes sociais.

Considerando as reflexões anteriores, o presente trabalho buscará discutir acerca da indisciplina na Educação Infantil, discutindo o planejamento como forma de organização da prática pedagógica e elemento indispensável para a obtenção da disciplina em sala de aula.

1. A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS ESPECIFICIDADES

1.1 Evolução da Educação Infantil.

Até o final da idade média, a criança era considerada um adulto em miniatura, sendo educados pela família até os sete anos de idade, quando, então era considerada apta a viver no mundo dos alunos, compartilhando suas experiências e aprendendo seus ofícios.

O pensamento pedagógico moderno nasceu no século XVI, trazendo consigo uma concepção de infância que deu à educação infantil novos contornos. O desenvolvimento científico e tecnológico, ao lado de movimentos religiosos e moralistas da época, ensejou a criação de escolas para crianças pequenas na Inglaterra, França e outros países da Europa, onde se valoriza, principalmente, o ensino da escrita e leitura e a formação religiosa.

Pensadores como Comênio (1592-1670), Rousseau (1712-1778), Pestalozzi (1746-1827) e Froebel (1782-1852), foram os pioneiros da educação infantil, uma vez que conceberam a criança como um ser que é capaz de pensar por ele mesmo e, desde então podemos verificar como surgiram às primeiras propostas educativas contemplando a educação das crianças.

Organizou a sua didática em quatro períodos considerando os anos de desenvolvimento, quais sejam: a infância, puerícia, adolescência e juventude, sendo que cada um desses períodos durava seis anos. Podemos constatar que ele foi elaborado atribuindo aos pais uma tarefa educativa de muita responsabilidade, pois cabia-lhes a responsabilidade pela educação da criança antes dos sete anos.

Ao atribuir aos pais a tarefa pela educação da criança pequena, o que na época representava um grande avanço, pelo fato dos pais, até então, não terem essa responsabilidade, Comênio chamou a atenção para a importância desse período e suas repercussões na vida do ser humano.

Jean Jacques Rousseau no delineamento da educação da criança pequena de sua época. Considerado como uma das personalidades mais destacadas da história da pedagogia, apesar de não ter sido propriamente um educador. Todavia, suas ideias muito influenciaram na educação da modernidade. Foi ele quem centralizou a questão da infância na educação, evidenciando a necessidade de não mais considerar a criança como um homem pequeno, mas que ela vive em um mundo próprio cabendo ao adulto compreendê-la.

Ao ressaltar esse aspecto, direciona a discussão para o reconhecimento da necessidade de se enxergar a infância com um período distinto, que apresenta características peculiares, as quais precisam ser estudadas e respeitadas. Rousseau chamou nossa atenção para esse aspecto ao afirmar:

“Procuram sempre o homem no menino. Sem cuidar no que ele é antes de ser homem. Cumpre, pois, estudar o menino.” Não se conhece a infância: com as falsas ideias que se tem dela, quando mais longe vão mais se extraviam”. A infância, tem maneiras de ver, de pensar, de sentir, que lhes são próprias”.(*COMÊNIO, 1668, p.32*).

O sistema pedagógico de *Pestalozzi* tinha como objetivo básico propiciar à infância a aquisição dos primeiros elementos só saber, de forma natural e intuitiva. Foi considerado um dos precursores da educação nova que ressaltou a importância de se psicologizar a educação e defini-la em função das necessidades de crescimento e desenvolvimento da criança. Seu projeto educativo tinha a “intuição” como fundamento básico para se atingir o conhecimento. Assim sendo, a educação se fundamenta na “*arte de conduzir as crianças de intuições superficiais e fragmentárias a intuições sempre mais claras e distintas*”.

Friedrich Froebel, educador protestante alemão que desenvolveu suas teorias arraigadas em pressupostos idealistas no amor à criança e à natureza. Foi notadamente reconhecido pela criação dos “*kindergartens*” (jardins de

infância), nos quais destacava ser importante cultivar as almas infantis e para isso o fundamental era a atividade infantil.

Froebel fez suas primeiras incursões no campo educativo, dando aula em uma escola que fundamentava seu trabalho nas ideias de Pestalozzi. Posteriormente, organizou suas ideias educacionais em vários livros. Essas ideias tiveram uma aplicação prática na primeira infância, mas também se estendiam a todos os níveis educacionais pois, para ele o conhecimento se dá o:

“Exteriorizar o interior, interiorizar o exterior, unificar ambos, esta é a fórmula geral do homem. Por isso, os objetos exteriores excitam o homem para que os conheça, em sua essência e em suas relações; para ele o homem está dotado de sentidos, isto é, de instrumentos com os quais possa interiorizar as coisas que o rodeiam. Mas nenhuma coisa pode ser mais conhecida quando são comparadas com os seus opostos e se encontram as suas semelhanças, o ponto de união/intersecção. Tanto mais perfeito será o conhecimento de um objeto, quando melhor se realiza a comparação com os opostos e a unificação dos dois (FROEBEL.1852, p. 21)

Diferentemente dos países europeus, no Brasil as primeiras tentativas de organização de creches, asilos e orfanatos surgiram com um caráter assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas desamparadas. Outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram as iniciativas de acolhimento aos órfãos abandonados que, apesar do apoio da alta sociedade, tinham como finalidade esconder a vergonha da mãe solteira, já que as crianças “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado” (RIZZO, 2003, p.37). Numa sociedade patriarcal, a ideia era criar uma solução para os problemas dos homens, ou seja, retirar dos mesmos a responsabilidade de assumir a paternidade. Considerando que, nessa época, não se tinha um conceito bem definido sobre as especificidades da criança, a mesma era “[...] concebida

como um, objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (RIZZO, 2003, p. 37).

Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, começassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito familiar. De maneira que foi com essa preocupação, ou comece “[...] problema, que a criança começou a ser vista pela sociedade e com um sentimento filantrópico, caritativo, assistencial é que começou a ser atendida fora da família” (DIDONET, 2001, p. 13).

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser de gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. (DIDONET, 2001, p.13).

É interessante ressaltar que, ao longo das décadas, arranjos alternativos foram se constituindo no sentido de atender às crianças das classes menos favorecidas. Uma das instituições brasileiras mais duradouras de atendimento à infância, que teve seu início antes da criação das creches, foi a roda dos expostos ou roda dos excluídos. Esse nome provém do dispositivo onde se colocavam os bebês abandonados e era composto por uma forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória e fixado janelo da instituição ou qualquer outra pessoa da família; essa ao girar a roda, puxava corda para avisar a rodeira que um bebê acabava de ser abandonado, retirando-se do local e preservando sua identidade.

Por mais de um século a roda de expostos foi à única instituição de assistência à criança abandonada no Brasil e, apesar dos movimentos contrários a essa instituição por parte um segmento da sociedade, foi somente no século XX, já em meados de 1950, que o Brasil efetivamente extinguiu-a, sendo o último país a acabar com o sistema da roda dos enjeitados (MARCÍLIO, 1997).

Ainda no final do século XIX, período da abolição da escravatura no país, quando se acentuou a migração para as grandes cidades e o início da República, houve iniciativas isoladas de proteção à infância, no sentido de combater os altos índices mortalidade infantil. Mesmo com o trabalho desenvolvido nas casas de Misericórdia, por meio da roda dos expostos, um número significativo de creches foi criado não pelo poder público, mas exclusivamente por organizações filantrópicas. Se, por um lado, os programas de baixo custo, trabalhadoras que não tinham onde deixar seus filhos, a criação dos jardins de infância foi defendida, por alguns setores da sociedade, por acreditarem que os mesmos trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, ao mesmo tempo foi criticado por identificá-los com instituições europeias.

1.2 O desenvolvimento da educação infantil no século XXI

Quando se fala em Educação Infantil é sempre importante lembrar que o atendimento a esta faixa etária surgiu na época da Revolução Industrial. Com a entrada da mulher no mercado de trabalho surgiu também a necessidade de se ter onde deixar as crianças para as mães trabalharem. Não havia, neste período, organização alguma para orientar este tipo de atendimento. Buscava-se apenas criar o espaço onde se deixar as crianças, sem qualquer preocupação com a necessidade do fazer pedagógico. Tal descaso representava sério risco à saúde e à integridade física das crianças.

Inicialmente, as mães deixavam seus filhos com as chamadas “mães mercenárias”, que vendiam seus serviços em troca de abrigar e cuidar dos filhos de outras mulheres. O despreparo destas mulheres fazia se refletia no uso de mecanismos de violência para conseguirem manter a “ordem” no

espaço, que, na maioria das vezes, também era inadequado para comportar um número maior de crianças.

Aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil. (RIZZO, 2003, p.31)

Com o tempo, a necessidade de organização desse atendimento começou a ficar mais evidente e surgiram então as denominadas Escolas Maternais, as creches e Jardins de Infância que, inicialmente, tinham como objetivo principal o assistencialismo. Toda rotina destes espaços era desenvolvida com enfoque nos cuidados básicos de alimentação e higiene. Os profissionais não eram habilitados e, muitas vezes, não eram habilitados, impossibilitando que as crianças tivessem seus direitos básicos de desenvolvimento e aprendizagem garantidos num universo lúdico e sadio.

Posteriormente, estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento humano, formação da personalidade, construção da inteligência e aprendizagem nos primeiros anos de vida apontaram para a necessidade de um trabalho pedagógico nesta faixa etária. Embora a Educação Infantil tenha mais de um século como cuidado e educação extra domiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica.

A educação infantil do século XXI vem abrindo as portas para a valorização das habilidades e investindo nas potencialidades da criança, onde está aprenda a descobrir seus próprios caminhos na solução de problemas que se apresentam em sua vida, seja na escola ou no seu dia a dia. Essa é a educação para o jovem do futuro, saber solucionar problemas da maneira mais prática, simples e rápida possível, que comece esse trabalho na infância.

Outro desafio de relevância é a compreensão de o que é ser professor de criança pequena (concepção de infância e concepção de prática educativa). Neste sentido, devem ser reconhecidos a identidade e o papel dos profissionais da Educação Infantil. Educar e cuidar, é muito diferente de tomar conta.

Nos últimos anos, muitos avanços ocorreram na conceituação da educação de crianças pequenas. A partir da mobilização de vários setores da sociedade, foram criadas legislações visando garantir esse direito às crianças e suas respectivas famílias. Passou-se também a reconhecer a necessidade de garantir que os espaços para funcionamento de instituições de educação infantil tivessem infraestrutura adequada às necessidades e peculiaridades de cada faixa etária deste seguimento. Da mesma forma, é preciso reconhecer o importante papel das professoras e professores que atuam nesta etapa da Educação Básica, conforme fica estabelecido no documento do MEC de 1996, de Política Nacional de Educação Infantil, pelo direito das crianças de zero a seis anos:

Essa nova dimensão da Educação Infantil articula-se com a valorização do papel do profissional que atua com a criança de 0 a 6 anos, com exigência de um patamar de habilitação derivado das responsabilidades sociais e educativas que se espera dele. Dessa maneira, a formação de docentes para atuar na Educação Infantil, segundo o art. 62 da LDB, deverá ser realizada em “nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (LDB,1996, Art.62).

Cabe sempre lembrar que a educação é direito subjetivo de todo cidadão e dever do Estado. No âmbito privado, é uma concessão, devendo as instituições seguir as normas estabelecidas pelo poder público, (no caso as de Educação Infantil Conselho Municipal que é o órgão que dá autorização de funcionamento e estabelece as normas e diretrizes para toda a Educação

Infantil do município) e pelos colegiados que representam a sociedade, assim como respeitar e cumprir as leis e as convenções trabalhistas.

Não podemos mais conviver com o comércio desenfreado da educação cometendo abusos com os profissionais, assim como com famílias que contratam os serviços privados de educação com a ilusão de estarem fazendo o melhor para seus filhos.

2. A DISCIPLINA E A INDISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR

2.1 Motivação e Incentivo na Aprendizagem

A motivação humana é observada desde tenra idade, sob diferentes formas. O bebê que busca a satisfação de sua fome, somada ao aconchego de um colo quente e acolhedor, demonstra, ao sugar o peito ou uma mamadeira, possuir motivação de sobra, através de seu instinto e da fisiologia que lhe cobra a nutrição e os afetos, expressos pelo choro, por vezes intensos e fortes, e os movimentos mais bruscos de braços e pernas. Em outra época, cujo desenvolvimento permite certa independência de movimentos de locomoção e manipulação de objetos, vê-se outras possibilidades inerentes ao tipo de motivação na criança. No brincar, especial circunstância do cotidiano infantil, encontra-se rica fonte de informações acerca de seu mundo interno: Suas emoções e pensamentos.

Acompanhando o crescimento da criança, nota-se novo momento de se construir a motivação. Uma forma de exemplificar este processo na psicologia infantil ocorre por meio da análise das competências adquiridas. Tornar-se competente em seu meio social, leva a criança à motivação. Uma habilidade motora específica nos esportes pode ser desenvolvida e este fator é capaz de acionar o desejo de se empreender tal atividade com determinado empenho. O reforço externo, relativo à performance das habilidades adquiridas vindo dos pais e conhecidos, possibilita o incentivo a motivação. Se a performance for percebida pela criança, ao adquirir um aperfeiçoamento, então, poderá levá-la a uma boa autoestima, e também à motivação intrínseca ou interna. Por outro lado, a criança que pouco percebe as suas competências, necessita de maior estímulo externo, possui baixa autoestima e demonstra-se ansiosa, e ainda, enxerga pouca perspectiva de melhora em suas habilidades.

Cabe, aqui, fazer uma diferenciação entre interesse e motivação. As coisas que interessam, e por isso prendem a atenção, podem ser várias, mas talvez nenhuma possua a força suficiente para conduzir à ação, a qual exige esforço de um motivo determinante da nossa vontade. O interesse mantém a

atenção, no sentido de um valor que deseja. O motivo, porém, se tem energia suficiente, vence as resistências que dificultam a execução do ato.

Quando se considera o contexto específico de sala de aula, as atividades do aluno, para cuja execução e persistência deve estar motivado, têm características peculiares que as diferenciam de outras atividades humanas igualmente dependentes de motivação, como esporte, lazer, brinquedo, ou trabalho profissional (BZUNECK, 2000, p. 10).

O segredo motivacional do aprendizado escolar está em conseguir conciliar o desenvolvimento da motivação intrínseca da criança (pela auto percepção dos avanços obtidos e o processo necessário), segundo Burochovitch & Bzuneck (2004, p. 37) “a motivação intrínseca refere-se à escolha e realização de determinada atividade por sua própria causa, por esta ser interessante, atraente ou, de alguma forma, geradora de satisfação”, com o apoio da motivação extrínseca ou externa (avaliação dos adultos, informações a respeito, elogios verdadeiros, etc.).

A motivação extrínseca tem sido definida como a motivação para trabalhar em resposta a algo externo à tarefa ou atividade, como para a obtenção de recompensas materiais ou sociais, de reconhecimento, objetivando atender aos comandos ou pressões de outras pessoas ou para demonstrar competências ou habilidades [...] diversos autores consideram experiências de aprendizagem propiciadas pela escola como sendo extrinsecamente motivadas, levando alguns alunos que evadem ou concluem seus cursos a se sentirem aliviados por estarem livres da manipulação dos professores e livros (Burochovitch & Bzuneck, 2004, p. 45-46).

Os professores que confiam em um estilo relativamente controlador estabelecem para seus alunos formas específicas de comportamentos, sentimentos ou de pensamentos, oferecendo incentivos extrínsecos e consequências para aqueles que se aproximam do padrão esperado. No ambiente de sala de aula o controle é a principal característica.

A motivação deve receber especial atenção e ser mais considerada pelas pessoas que mantêm contato com as crianças, realçando a importância desta esfera em seu desenvolvimento. A motivação é energia para a aprendizagem, o convívio social, os afetos, o exercício das capacidades gerais do cérebro, da superação, da participação, da conquista, da defesa, entre outros.

Pais, educadores e especialistas que lidam com as crianças podem levar em conta a construção motivacional na infância, antevendo as suas decorrências futuras, tais como a auto percepção e o hábito de desenvolver a motivação intrínseca, reduzindo a necessidade de buscar motivação extrínseca para a realização de alguma tarefa.

Este tipo de desenvolvimento requer acompanhamento, contato e participação. Os afetos devem estar presentes, uma vez que são fonte fundamental de motivação, além das informações que se fazem presentes em cada situação. Boa dose de paciência e vontade complementam o arsenal de instrumentos necessários ao adulto para que colabore quanto ao desenvolvimento motivacional da criança.

De que maneira os adultos compreendem a motivação na infância? Que tipo de acompanhamento é oferecido à criança, visando o seu desenvolvimento global e, particularmente o desenvolvimento da motivação? Que respostas relacionadas à motivação podem ser esperadas de um adulto que pouco desenvolveu a sua capacidade motivacional intrínseca na infância?

Ao compreender aspectos da motivação neste período da vida, facilita ao adulto o entendimento sobre que tipo de ajuda poderá oferecer à criança, desde que haja um compromisso nesta relação. A sua presença é fundamental. A criança se sente motivada a executar muitas tarefas em virtude do reconhecimento e impressões daqueles com quem convive, na tentativa de demonstrar a sua evolução e as conquistas que realiza. Os bons motivos serão sempre a chave para o desenvolvimento natural da criança, além de gerar

harmonia entre os elementos internos e externos, parte de nossa própria natureza humana.

2.2 A Importância do Planejamento Para a Disciplina no Âmbito Escolar

“O planejar é uma realidade que acompanhou a trajetória histórica da humanidade. O homem sempre sonhou, pensou e imaginou algo na sua vida.” (Mengolla, San'tAnna, 2001, p.15).

Segundo Moretto, percebe-se que o planejamento é fundamental na vida do homem, porém no contexto escolar ele não tem tanta importância assim: (2007, p.100) “o planejamento no contexto escolar não parece ter a importância que deveria ter”. Este fato acontece porque o planejamento só passou a ser bem definido a partir do século passado, com a revolução comunista que construiu a União Soviética.

“A educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida. Portanto, cabe à escola e aos professores o dever de planejar a sua ação educativa para construir o seu bem viver. (MENEGOLLA & SANT'ANNA, 2001, p.11)

A citação acima deixa clara a importância tanto da escola como dos professores na formação humana; por este motivo todas as ações educativas devem ter como perspectiva a construção de uma sociedade consciente de seus direitos e obrigações, sejam eles individuais ou coletivos.

Infelizmente, apesar do planejamento da ação educativa ser de suma importância, existem professores que são negligentes na sua prática educativa, improvisando suas atividades. Em consequência, não conseguem alcançar os objetivos quanto à formação do cidadão.

“A ausência de um processo de planejamento de ensino nas escolas, aliado às demais dificuldades enfrentadas pelos docentes do seu trabalho, tem levado a uma contínua improvisação pedagógica das aulas. Em outras palavras, aquilo que deveria ser uma prática eventual acaba sendo uma “regra”, prejudicando, assim, a aprendizagem dos alunos e o próprio trabalho escolar como um todo.” (FUSARI, 2008, p.47)

Para Moretto (2007, p.100) “Há, ainda, quem pense que sua experiência como professor seja suficiente para ministrar suas aulas com competência.” Professores com este tipo de pensamento desconhecem a função do planejamento bem como sua importância. Simplesmente estão preocupados em ministrar conteúdos, desconsiderando a realidade e a herança cultural existente em cada comunidade escolar bem como suas necessidades.

Outro aspecto que vem influenciando o ato de planejar dos professores são os materiais didáticos ou as instruções metodológicas para os professores que acompanham estes materiais. Na presente pesquisa não se pretende discutir se eles são bons ou ruins e sim a forma com a qual estão sendo utilizados pelos professores. O que acontece é que o professor faz um apanhado geral dos conteúdos dispostos no material e confronta com o tempo que tem disponível para ensinar esses conteúdos aos alunos e a partir desses dados divide-os atribuindo a este ato erroneamente o nome de plano de aula.

O Planejamento de um Sistema Educacional consiste na tomada de decisões sobre a educação no conjunto do desenvolvimento geral do país. A elaboração desse tipo de planejamento requer a proposição de objetivos em longo prazo que definam uma política da educação. É realizado pelo Governo Federal, através do Plano Nacional de Educação e da legislação vigente. Através daí é que conseguimos estabelecer formas de atuação e calcular os custos necessários à realização dos objetivos a fim de aperfeiçoá-lo ao sistema educacional.

O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação. Segundo Saviani

A palavra reflexão vem do verbo latino „refectire” que significa „voltar atrás”. É, pois um (re) pensar, ou seja, um pensamento em segundo grau. (...) Refletir é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar numa busca constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado. E isto é filosofar. (1997, p. 23).

O planejamento de ensino configura -se como um roteiro organizado de unidades didáticas para um ano ou semestre composto dos seguintes elementos: justificativa da disciplina; conteúdos; objetivos gerais e específicos; metodologia e avaliação, todos ligados à concepção que a escola e os professores têm como princípio básico a função da educação, da escola, das especificidades das disciplinas e sobre seus objetivos sociais e pedagógicos. Tais elementos visam a assegurar a racionalização, a organização e a coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina. Sobre esses elementos materializam-se os referenciais político pedagógicos da prática pedagógica dos professores. Sendo assim Vasconcellos, defende que.

[..] projeto pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição. (1995, p.143)

2.3 A Importância do Lúdico na Educação Infantil

Por que trabalhar com o lúdico na Educação Infantil? Atualmente, toda criança necessita e tem o direito de brincar, onde o lúdico tem relevância no desenvolvimento infantil, pois o brincar é uma atividade importante no período

da infância, e pode estar perdendo o seu espaço para atividades relacionadas e dirigidas ao processo de alfabetização, visto ser o objetivo principal das escolas. A autora Flávia de Barros (2009), em sua obra "Cadê o brincar? Da Educação Infantil para o Ensino Fundamental", após realizar várias pesquisas, nos faz refletir através de suas palavras:

Percebeu-se a grande preocupação dos professores, especialmente no final da Educação Infantil, em antecipar a alfabetização da criança, reduzindo seus espaços de brincar. Diante dessa realidade, sentiu-se a necessidade de aprofundar estudos na área. (BARROS, 2009, p.35).

O que podemos pensar sobre as palavras acima? É preocupante o fato de que as crianças possam estar perdendo um tempo precioso que é a infância, o tempo de brincar, para realizar atividades que envolvem somente a alfabetização. É preciso que os educadores trabalhem mais as brincadeiras, os jogos, a coordenação motora, realizando um trabalho pedagógico mais centrado na infância, em suas especificidades, beneficiando as crianças e contribuindo para uma formação que as considere como sujeitos relevantes do processo de aprendizagem.

A autora Gisela Wajskop (1995), em seu artigo "O Brincar na Educação Infantil", também aborda a questão do uso dos materiais didáticos, brinquedos pedagógicos e atividades lúdicas de ensino e alfabetização, fazendo-nos refletir sobre esse assunto importante dentro da sala de aula.

Assim, a maioria das escolas tem didatizado a atividade lúdica das crianças, restringindo-a a exercícios repetidos de discriminação viso motora e auditiva, mediante o uso de brinquedos, desenhos coloridos e mimeografados e músicas ritmadas. Ao fazer isso, bloqueia a organização independente das crianças para a brincadeira, infantilizando-as, como se sua ação simbólica servisse apenas para exercitar e facilitar (para o professor) a transmissão de determinada visão do mundo, definida a priori pela escola. (WAJSKOP, 1995, p.64).

A citação acima nos faz pensar sobre o devido uso dos materiais pedagógicos com fins lúdicos, com os quais podemos desenvolver um trabalho envolvendo as brincadeiras, deixando as crianças se expressarem espontaneamente, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor das mesmas.

O brincar nas escolas de Educação Infantil ajuda a construir o conhecimento, promovendo momentos onde as crianças expressam diferentes sentimentos, realizando atividades lúdicas que visam melhorar sua socialização, vivenciando situações de trabalho em equipe e respeito. Segundo o artigo “O Lugar do Brincar na Educação Infantil”, de Tânia Fortuna (2011), publicado na Revista Pátio, a interação criança durante a brincadeira é fundamental, mas a interação da criança com o educador também é importante, tendo em vista que a presença do educador na brincadeira é agregadora e estimulante, pois brincando junto o educador irá mostrar como se brinca.

O educador precisa estar sempre informado e atualizado sobre quais as vantagens do lúdico, e saber qual a melhor maneira de abordar e desenvolver as atividades lúdicas dentro da sala de aula. São poucas as pessoas que sabem a importância do lúdico no desenvolvimento das crianças, e que através dele as crianças irão adquirir experiências e desenvolverão o conceito próprio sobre o contexto em que estão inseridas. Cabe ao professor refletir sobre a forma com que o brincar interfere no desenvolvimento pleno da criança.

Devemos entender que o lúdico é um facilitador no processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração esse fato, fazendo com que as brincadeiras proporcionem prazer para as crianças, não sendo uma obrigação realizar as atividades lúdicas somente com o objetivo da alfabetização.

O ser humano encontra-se inserido numa sociedade informatizada e informativa, necessitando de pessoas capazes de criarem as próprias opiniões, seres ativos, dinâmicos, responsáveis pelos seus atos, e o lúdico é um grande

auxiliar no desenvolvimento cognitivo, físico, afetivo, entre outros aspectos. Durante o processo de desenvolvimento das crianças, a família deve estar sempre presente, visto que “escola e família não se excluem, se completam” (MEYER, 2008, p. 44) e assim a criança sente-se mais segura durante a realização das atividades na escola.

Quando a criança brinca, ela é espontânea, livre e na Educação Infantil encontramos um papel social que é “valorizar os conhecimentos que as crianças possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos” (MEYER, 2008, p. 44), ou seja, através das brincadeiras as crianças estarão assimilando novas ideias e novos conceitos. A criança não é um adulto em miniatura, ela possui características próprias que merecem ser respeitadas. O educador precisa estar sempre se atualizando para poder desenvolver um trabalho que contemple as diversas necessidades das crianças que, na verdade, são cidadãos com pouca idade, mas produtoras de história e cultura.

Na Educação Infantil, o lúdico é importante para o crescimento das crianças, inclusive intelectualmente, pois as brincadeiras trazem consigo “um brincar comprometido com a qualidade de vida da criança” (MEYER, 2008, p. 22), sendo que os educadores serão responsáveis por elas naquele determinado ambiente e estarão empenhados na valorização do ser humano.

A brincadeira é importante para o desenvolvimento social e psicológico, é através dela que a criança pode expressar os seus sentimentos em relação ao mundo social. A criança consegue viver e reconhecer a realidade através das diferentes brincadeiras existentes, e quanto mais ela brinca, maior será o desenvolvimento sob os diferentes aspectos, até mesmo corporal.

As atividades com jogos auxiliam no desenvolvimento da imaginação, simulação e estratégias, e quando as situações são planejadas por profissionais possuem o objetivo de proporcionar para a criança a construção de novos conhecimentos e/ou novas habilidades, “brincar é uma linguagem, é a nossa primeira forma de cultura” (MEYER, 2008, p. 33), ou seja, todos nós brincamos um dia, e sinceramente, deveríamos ter um pouco de criança “dentro” de nós, visto que facilitaria no momento de trabalhar com as crianças, iríamos compreendê-las com mais facilidade.

3. A INDISCIPLINA SOB OS VÁRIOS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO

3.1 O Papel da Família Frente à Indisciplina

A escola em geral como a família são reféns da indisciplina, ainda, classifica como ato de indisciplina bagunça, muita falta de limites, maus comportamentos, desrespeitos às figuras de autoridades entre outros. Assim, a prática indisciplinar é desenvolvido através das relações humanas e social através das culturas, valores, crenças e costumes praticados na sociedade em geral e no seio familiar.

É comum ainda nesta mesma ideia Rego (1996) que relata a indisciplina observada na escola é inerente à natureza de cada indivíduo, e que ninguém nasce rebelde ou indisciplinado sem limites, portanto, precisam-se respeitar as fases de desenvolvimento da criança, suas aprendizagens não são inatas se desenvolve com o decorrer do tempo e do que está a sua volta, através do que é lhe ensinado, estimulado.

Nesta ótica, de acordo com Garcia (1999), a indisciplina no contexto escolar está relacionada a fatores internos ou externos à escola. Entre as razões internas estariam, por exemplo, as relações interpessoais entre professores e alunos e, a política educacional. Entre fatores externos destacam-se a violência social e os conflitos psicológicos causados por ela, a influência da mídia e o ambiente familiar. Já para Danatelli e (2004, p.23): que classifica a indisciplina como público e privado:

“Existe uma distinção entre público e privado em nossa sociedade? O mundo burguês em que vivemos nascidos de revoluções e revoltas, de grossos tratados políticos e morais, desde o início do século XIX até o final da segunda guerra mundial privado e público era distintos. O privado é espaço sacramentado da família, das relações de afetos, trocas, confidencias e acertos secretos. E o público é o lugar da gestão, do sustento, do trabalho, da cidadania, da realização

dos desejos coletivos e das aspirações da nacionalidade da pátria e, porque não? Da escola lugar na qual se roga a Deus e compromete-se com princípios universais”.

Donatelli (2004) nos permite distinguir a indisciplina a parti da distinção entre o público e o privado nascido desde o século passado, e, portanto, o privado é a vida e as relações familiares, e o público é a vida social, da vivencia da cidadania um mundo repleto de regras e princípios universais. Para a autora “a ideia de indisciplina é algo que não concebemos como uma lista que traga do lado direito o que é permitido e do lado direito o que não é tolerado”.

Silva (2014) classifica como razões da indisciplina escolar a falta de valores morais não estimuladas pelos pais, devido sua ausência no processo de formação e por não saberem educar. Outra razão é os meios de comunicação como a televisão ou outros que transmite e produz programas e desenhos violentos, inadequados para a faixa etária. Outra razão e a forma como vem educando a família e a escola na socialização dos indivíduos. As formas de pelos “pais” quando agredem os filhos fisicamente por qualquer desobediência e agressão verbal praticada pelos professores que deixando de desenvolver seu papel de educar. Outra razão seria a situação econômica dos pais, onde as classes menos favorecidas são as que mais são vítimas e praticam comportamentos indisciplinados. E a política educacional pelo aumento exagerado de vagas nas escolas públicas, ou seja, as demandas e organização da educação e a falta de formação dos profissionais da educação onde os professores estão despreparados para atuar em sala de aula.

Do ponto de vista de Luck (2009) ela acredita que o comportamento humano é constituído pelas relações cultural existente no contexto da escola, essas culturas se cruzam e, portanto, o ser humano aprende conforme observa e é estimulado no contexto em que vive. Sobre esse olhar Aquino (1996, p.48) declara:

“A indisciplina seria um indício de uma carência estrutural que se alojaria na interioridade psíquica do aluno, determinada pelas transformações institucionais na família e desembocando

nas relações escolares. De uma forma ou de outra, a gênese do fenômeno acaba sendo situada fora das relações concretas entre professor e aluno, ou melhor, nas suas sobre determinações”.

Rabelo (2011) nos remete refletir a indisciplina na concepção de educação bancária e problematizadora. Faz crítica a educação bancária ao professor que é o único detentor do conhecimento no processo de ensino aprendizagem, tem a função de transmitir palavra e o aluno tem a função de receber os ensinamentos de forma mecânica. Esse tipo de educação foi por ele denominada bancária, portanto, educação cabia depositar conhecimento e os educandos os depositários. Assim, esse tipo de educação a qual não oportuniza a expressão tem contribuído para a indisciplina escolar, pois, a escola acaba discriminando as culturas existentes no contexto escolar ocasionando manifestações denominadas como comportamentos indisciplinados sendo os atores punidos. Cabendo, portanto, a responsabilidade e a punição sempre ao aluno e o professor o detentor exclusivamente do saber. Ao contrário a esta concepção, nos remete refletir a concepção de educação problematizadora onde tem como principal objetivo a liberdade, no contexto em que o diálogo é fundamental, voltado para a ação-reflexão-ação. Neste sentido a educação problematizadora veio como solução para superação da indisciplina por que possibilita a mudança da prática pedagógica de acordo com a realidade em que esta inserida como meio para superar a indisciplina.

Nesta mesma lógica Marques (2012), destaca que ninguém nasce mal educado ou bem educado, mas podem adquirir comportamentos indisciplinados na forma como é educada, a educação que recebe durante seu processo de formação, sejam em seu convívio familiar ou na sala de aula, pois, estamos ensinando o que nos referenciamos. Apesar da família e a escola terem funções em comum, a família exerce um peso maior na formação do indivíduo, os laços são mais fortes. Portanto, é na família que as crianças têm o primeiro contato com as regras.

Do ponto de vista de Piaget (1994) os atos de indisciplina e violência na escola podem ser atribuídos pelo fato de as crianças não terem construídos e reconstruído o raciocínio moral (estas estariam, portanto, ainda no estágio da anomia, ou seja, agiriam de forma indisciplinada por que não teriam consciência acerca dos limites colocados pela sociedade). Outras teriam comportamentos indisciplinados porque estariam no estágio da heteronomia estágio em que os pequenos têm um primeiro contato com as regras, o que é certo ou errado, mas não refletem sobre elas. No estágio da autonomia as crianças imitam as ações de quem consideram exemplos para eles. Ou seja, fase onde as crianças têm conhecimento das regras, mas, não se sabe se vão praticá-las ou não. Papel da família e da escola por desempenhar a função de educar. Do ponto de vista de Garcia (1999, p.102):

“A ausência de bases democráticas no modo como articulam as relações entre professores e estudantes no interior da escola, por exemplo, pode desencadear resistência e contestação por parte dos estudantes aos próprios esquemas da escola, o que deve ser considerado uma expressão de indisciplina carrega uma legitimidade e pertinências difíceis de negar”.

Do ponto de vista de Vygotsky (1987) a educação tem papel fundamental sobre o comportamento e desenvolvimento de funções psicológicas. Ou seja, a forma como agem disciplinadamente ou não, por conta da linguagem, atitudes, ações. A instituição escolar tem a função de formar cidadãos para convivência social, e quando não bem empregadas as regras os atos não serão positivos.

De fato nas palavras de Lück (2011) os comportamentos, atitudes e desenvolvimento que ocorrem na instituição escolar são embasados em sua cultura organizacional, a maneira como lidam, atuam e intervêm no cotidiano escolar. Aos olhos de Watson (1961) o pai do comportamentalismo diante da indisciplina:

“Ele acreditava que os homens eram máquinas e agiam como máquinas que poderiam ser controlados. Assim, é possível de acordo com o comportamentalismo a rolar uma série de condicionamentos. Sabemos que cada ação exercida resulta de uma reação e assim é cabível estabelecermos padrões de comportamento tanto como dentro da família como nas instituições escolares” (Watson, apud Donatelli, 2004, p. 139).

Os comportamentos de indisciplina são resultados de ações e condutas de atos indisciplinados no contexto de maior convívio, onde são estimulados, educados, ou seja, na instituição familiar e na instituição escolar, ambas com o mesmo papel de educar para convivência no meio social. Assim, as pessoas agem como são ensinadas ou se espelham no que vêem. Para La Taille:

“Uma criança que vive em um ambiente social onde as relações de reciprocidade praticamente não existem, ela dificilmente desenvolverá a capacidade de pensar as relações sociais por meio da cooperação. Imaginemos outra criança que viva em um meio nos quais valores como paz, justiça e respeito sejam trocados por outro, como violência, dominação e desrespeito. É bem provável, uma vez que tem a necessidade natural de inserir-se na comunidade que acolhe que tal criança não se desenvolva moralmente, pois está submetida a figuras de autoridade que proclamam tais valores—a violência, dominação e desrespeito – agem inspiradas por eles. Do ponto de vista efetivo, o mesmo raciocínio impõe-se. Se uma criança vive em um lugar de miséria moral e violência, em um lugar no qual a compaixão é vista como fraqueza, sua tendência natural a simpatia pode ser embotada e dar lugar a uma espécie de couraça afetiva que a torna insensível aos estados afetivos alheios”. (La Taille, 2006, p.144).

As relações humanas afetivas variam de acordo com as práticas vivenciadas no contexto recíproco das relações e do ambiente social em que vivem. As práticas desenvolvidas no ambiente familiar exercem influências na formação de atitudes e comportamentos das crianças, uma vez que observam os adultos e os têm como exemplos. As crianças são como esponjas que

absorvem e agem de acordo com o que observam em casa, na escola nos meios de comunicação entre outros.

3.2 O Papel do Educador Frete a Indisciplina

Parrat-dayan (2012) traz discussões sobre as teorias de Durkheim e Piaget. Para Durkheim o professor é o mediador para a sociedade e o educando depende do professor para tudo, diferente do ponto de vista de Piaget o professor não tem que impor regras as crianças para aprender a ser disciplinado. Ele é o colaborador, as regras que seguem as crianças são resultados das regras sociais. Piaget estudou as concepções das crianças através do jogo com bolinhas de gude observando as crianças por fases de acordo com a idade desde os primeiros anos de vida à adolescência. Estrela (1994, p. 15) trabalhando a relação entre cultura e indisciplina, afirma:

“A evolução do conceito das práticas indisciplinadas pode se dizer que há uma disciplina familiar como a uma disciplina escolar, militar, religiosa, desportiva, partidária, sindical etc. Cada qual com sua especificidade e um fundo ético de caráter social que resultam das relações em concorrências pra harmônico social. Assim não se pode falar em disciplina ou indisciplina escolar independentemente do contexto sócio cultural histórico”.

Alguns autores vêm como causas da indisciplina na escola é a carência de afetividade atenção e afeto dos alunos. Essa carência é refletida e praticada através de comportamentos indisciplinados na escola manifestados nas formas de agressividade, rebeldia, indiferença, ou ainda falta de respeito, falta de limites. Tais comportamentos podem ser tentativos para chamar a atenção dos colegas e principalmente dos professores. Nesse contexto nas palavras de Vasconcelos (1998):

“Torna-se evidente que a atual forma de organização da sociedade é um dos “determinantes da indisciplina” e que esta

“seria a base de todas as outras indisciplinas”. Importa dizer que a organização social “não se concretiza por si só” e sim, “pela mediação dos diferentes agentes (professores, alunos, pais, diretores, governadores etc)”. É a tomada de consciência daquilo que nos é imposto socialmente que “abre espaço para a luta, a resistência, a busca de uma conta determinação” (p. 55).

Diante do exposto Aquino (1996) permite pensar sobre as mudanças ocorridas na escola, onde são atribuídos a ela empregadora de bons costumes, ou seja, o de formadora nos diversos aspectos do desenvolvimento humano, bem como, a formação de comportamentos para exercer nas relações sociais. Assim, nesta lógica, para Aquino (1996) “a gênese da indisciplina não residiria na figura do aluno, mas na rejeição operada por esta escola incapaz de administrar as novas formas de existência social concreta, que personifica nas transformações do perfil de sua clientela” (p.45).

De acordo com Antunes (1999) o professor precisa administrar sua sala de aula com autonomia, só assim, vai conseguir alcançar seus objetivos o desenvolvimento de atitudes e valores positivos, do contrário, a sala de aula se tornará uma bagunça. Nesta linha Parrat-Dayan (2008, p. 64) aponta que

“é mais eficaz se aproximar calmamente de um aluno e pedir para retomar seu trabalho que chamar a atenção em voz alta na frente de todos. A forma como se estabelece a relação professor-aluno é a base para o enfrentamento dessas questões”.

A forma como o professor chama a atenção do aluno para resolver situações de conflito na sala de aula é um aspecto importante para a inter-relação professor - aluno. É mais pertinente se aproximar do educando e dialogar com calma, do que constranger na frente dos colegas.

Partindo desta concepção Franco (2004, p.163) observa que as escolas que tomam atitudes punitivas cometem atos de indisciplina e ressalta “as ações punitivas não resolvem os problemas podem acentuar ainda mais o comportamento indesejado”. Quando a escola pune o aprendiz com qualquer forma de castigo, levando para diretoria dando uma suspensão, ou outro, está praticando atos de indisciplina, ou seja, está agindo como os educandos.

Para Vasconcellos (2006) as queixas dos educadores das práticas de indisciplinas são frequentes, esse descontentamento dos professores, nas escolas atuais, se dá pelo fato do educador não dispor de uma concepção, de um método, de estratégia, de ferramentas pertinentes para conduzir a função de educar. Do ponto de vista de Justo (2005, p.31):

“A sociedade não requer mais aquele sujeito reto, parado, corrente, previsível, controlado, comedido, estável, persistente, organizado, uno [...] requer, ao contrário, um sujeito flexível, criativo, fragmentado, impulsivo, aventureiro, múltiplo. Um sujeito que possa transitar de um lugar a outro, de um sentimento a outro, migrando também internamente, percorrendo todos os seus espaços inteiros, alargando o máximo possível suas possibilidades afetivas, cognitivas e executivas, acelerando ao extremo o ritmo de seu funcionamento”.

A Disciplina é, sem dúvida, um elemento primordial ao processo ensino aprendizagem, pois se trata de conhecimento às regras estabelecidas para o bom desempenho do comportamento de alunos em sala de aula, compondo um conteúdo concreto onde o objetivo é a educação no que respeita às normas de convivência entre os sujeitos da classe isto é, alunos, professores e o todo escolar, onde o resultado será o desenvolvimento do trabalho que expresse o respeito entre tais sujeitos, mas, que, nem sempre acontece, e, esse fato faz gerar os atos indisciplinares na sala de aula e na escola, comprometendo o desenvolvimento escolar dos alunos e professores e trazendo consequências,

as mais negativas e os conflitos se estabelecem no âmbito da escola como um problema sério que precisa ser amenizado de uma maneira civilizada e democrática, não só entre a comunidade escolar, mas também, com a família, como uma das formas de interação com a escola. Essa parceria tem como finalidade a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem por meio do estabelecimento de ações pedagógicas para resolver o problema da indisciplina na escola. A participação ativa e consciente dos pais possibilita à escola, uma maior efetividade em seu papel.

O envolvimento da família na educação escolar de seus filhos pode significar para a escola que ela tenha que conhecer melhor os pais e, dessa forma, realizar um trabalho conjunto com estes, criando, então, estratégias de ações pedagógicas para o bom relacionamento entre todos na escola. Segundo Bollman (2000/2001), o trabalho dos pais por meio de atividades proporcionadas pela escola torna-se essencial para que ambos estabeleçam um mesmo diálogo, auxiliando na aprendizagem dos alunos e proporcionando o desenvolvimento de comportamento (disciplina) que contribuirá na formação integral do aluno e ainda segundo a autora, à escola cabe planejar as ações pedagógicas num processo contínuo e dinâmico, transformando os conflitos em processo de socialização entre professor, família, aluno e conhecimento. Nesta perspectiva,

É importante definir com clareza o que se pretende e programar as ações pedagógicas em consonâncias com essas intenções. Professor e educadores em geral devem rever os seus planos, recolocar os seus objetivos e, acima de tudo, reconsiderar a sua própria conduta, pois um comportamento só é incorporado quando vivido em situação concreta da vida cotidiana. A compreensão de que a disciplina é importante na escola, não apenas como um conjunto de normas que organizam o ambiente escolar, mas também como um objetivo educacional a ser atingido, é fundamental para orientar a ação pedagógica da escola. (D'ANTOLA, 1989, p. 89).

Assim, o trabalho pedagógico será menos árduo e buscará uma relação mediada pelo respeito entre todos os sujeitos envolvidos no contexto escolar, e ainda segundo a autora, a evidência de que é necessária uma nova organização para o funcionamento da escola, coerente com uma proposta educacional democrática e transformadora está claro. É preciso dismantelar a situação fortemente cristalizada na qual a ordem da escola prevalece sobre as necessidades dos alunos e construir outra ordem.

Essa construção só poderá acontecer a partir dos esforços de educadores, equipe pedagógica e a família em busca de um novo modelo de relações entre aluno e professor, a equipe escolar e entre a escola e sociedade. Para AQUINO (2003) a maioria dos educadores não sabe ao certo como administrar o ato indisciplinado... não sabe como geri-lo e, a partir daí entram em cena várias suspeitas,

Suspeita-se que a indisciplina discente seja um fenômeno típico da adolescência, e está caracterizada pelo questionamento das normas e dos valores impingidos pelo mundo adulto. Uma rebeldia típica dessa fase passageira. Suspeita-se também que, em certas circunstâncias, o ato indisciplinado seria a manifestação de uma agressividade latente dirigida contra as figuras de autoridade, agressividade essa gerada pela "desestruturação" do ambiente familiar (a desagregação dos casais, a falta de tempo para cuidar dos filhos, a precária supervisão das tarefas escolares etc.) de modo genérico, supõe-se que as condutas dos alunos envolvidos em situações disciplinares sejam resultado de prejuízos psíquicos difusos, mormente ligados à primeira infância e ao modo permissivo como tais crianças e jovens foram criados por suas famílias. (AQUINO, 2003, p. 10-11).

Neste contexto, compreende-se que a família tende a influenciar o comportamento das crianças e adolescentes uma vez que ela é responsável pela primeira educação, isto é, os filhos vão para a escola com pré-requisitos

quanto ao comportamento que terão inclusive as más influências que os jovens atualmente estão expostos pela mídia e seus excessos, porém invencível pela escola a qual não consegue oferecer estratégias criativas aos alunos. Tal situação gera conflitos na escola e foge as rédeas dos professores causando transtornos no âmbito escolar e muitas vezes comprometendo o processo ensino-aprendizagem. Para D'Antolla (1989) a maneira própria do aluno se expressar com gestos, postura do corpo, modo de falar e etc., é qualificada pelos professores como indisciplinada, pois não se enquadra com o padrão ideal de comportamento tradicional estabelecido pela escola.

Pensando nessas e em outras questões, foi que nos propusemos, neste projeto, a utilização da metodologia pelo enfoque qualitativo. Assim, para desenvolver a proposta de intervenção no ambiente escolar por meio de ações que envolvam equipe pedagógica, professores, pais e alunos, com vistas a estabelecer limites e regras frente aos problemas da indisciplina na sala de aula e na escola, é que acreditamos que o uso da abordagem qualitativa se faz necessária.

Para VASCONCELLOS (1998) o conceito de disciplina associado à obediência, está muito presente no dia-dia da escola, isto porque há uma verdadeira luta em classe, onde o professor procura sobreviver em um contexto de tantos inconvenientes, ou seja, o trabalho do professor é desgastante, diante disso ele espera um comportamento passivo dos alunos.

Ainda, de acordo com o autor acima citado, a posição da escola diante do problema da (in) disciplina, é ainda ultrapassada no que diz respeito as formas de lidar; prevalecendo a prática do autoritarismo, estabelecendo regras antidemocráticas (punições), acarretando sérias consequências como, por exemplo, revolta, reforçando a heteronômica dos alunos e a nota (avaliação), tem funcionado como uma das formas mais comuns de ameaça e punição. Porém, existem outras formas de ver a (in) disciplina, como um sinal dos tempos modernos ou reflexo da pobreza e da violência presente na sociedade

de hoje e fomentada, particularmente, nos meios de comunicação, principalmente a televisão ou ainda a falta de acompanhamento por parte da família na vida escolar dos seus filhos, associada a desvalorização da escola. Já a disciplina como uma das práticas escolares e sociais de outros tempos que não davam margem a desobediência e a falta de educação por parte dos alunos e filhos via professores e pais como autoridades máximas.

O professor proativo resolve os problemas do cotidiano escolar e desenvolve e experimentam de estratégias diversas inovadoras, produtivas que domina com autonomia a rotina e situações adversas.

Neste contexto, “o professor precisa conquistar a confiança do indivíduo que é autônomo, que segue regras morais que emergem dos sentimentos internos que o obrigam a considerar os outros além de si, havendo a reciprocidade”. (Vinha; Tognetta, 2008, p. 1240). Para os autores, conquistando a confiança das crianças haverá o retorno. É na maneira como lidam na relação interpessoal no contexto da sala de aula de forma autônoma, respeitando os educandos e vice-versa, através do feedback que se desenvolve o respeito. Como nos leva a refletir Estrela (1994):

3.3 O Papel do Núcleo Gestor Frete a Indisciplina

As práticas de indisciplina estão em todos os seguimentos sociais, são resultado das relações sociais existente na sociedade como todo em todos os aspectos, não se restringe somente a escola mais sofre influência do contexto cultural. Diante do exposto Donatelli (2004, p.171) declara:

“É importante que se compreenda que existem diferentes formas e práticas de indisciplina as maiorias das pessoas e das

escolas acreditam que a indisciplina é algo ruim e nefasto, mas que existe evidentemente uma forma boa e saudável de ser indisciplinado que as maiorias das escola prefere não entender confundindo-o e tornando-a como sendo a mesma coisas sempre ou oferecendo um status que ela não possui nesse momento não nos ocuparemos disso mas fica claro que a escola não distingue a indisciplina saudável da que não é”.

Atual dispõe de pessoas que explore o máximo de suas capacidades intelectuais, afetivas, emocional e social, que possam transitar de um lugar para outro nos diversos setores da sociedade. Não dispõe de pessoas paradas, controladas e sem conhecimento de mundo.

Vasconcellos (1998, 2001) nessa mesma direção, destaca que o professor tem que ser sujeito da história pedagógica, de sua classe e de sua escola e não pode ficar sonhando com alunos ideias, comportados, bonzinhos. Nessa perspectiva de análise, é necessária refletir os velhos valores do ato pedagógico, das práxis, é o momento de emergir das falas do movimento, da rebeldia, da oposição, da ânsia de descobrir e construir justos, professores e alunos. Como descreve Gomez :

“O que parte-se da análise das práticas dos professores quando enfrentam problemas complexos da vida escolar, para a compreensão do modo como utilizam o conhecimento científico, como resolvem situações incertas e desconhecidas, como elaboram e modificam rotinas, como experimentam estratégias e inventam procedimentos e recursos”. (Gomez, 1992, p.102)

Portanto para a autora o professor precisa utilizar diversas atividades individuais e grupais para desenvolver um clima na sala de aula voltado para

aceitação mútua, e adquirir a consciência significativa e atitudes de respeito nas situações de interação social.

A relação e clima na sala de aula segundo Aquino (1998), associado à interação a família e a escola, exercem papéis comuns no processo de formação. A principal função da família é a de transmitir valores e regras morais às crianças. A escola cabe à missão de formar e sistematizar o conhecimento histórico, social, moral. Do ponto de vista de Vasconcelos (1998):

“As normas devem ser bem definidas, claras (o que, para que, quem, quando, como, qual a consequência, etc.), colocamos por escrito; pode parecer burocracia, mas na verdade, ajuda a objetivar. O que se observa nas instituições é que, com frequência, o que burocratiza mais é justamente o que não está escrito, pois nem pode ser discutido. É preciso rever periodicamente as normas e alterar ou anular as que já não tem sentido”. (Vasconcelos, 1998, p.60).

O burocrático da escola quando não agregadas a relação interpessoal no cotidiano escolar pode causar resistência e rejeição, desenvolvendo hábitos e comportamentos indisciplinados.

Para Piaget o professor tem que aceitar o aluno que tem, como ele é. Primeiro aceitando, depois tentar mudá-lo. A criança deve se sentir aceito para nascer um vínculo de confiança e desencadear uma relação interpessoal recíproca. Nesse sentido, Antunes (2005, p. 53) destaca que:

“Ajudar a criança a construir um bom caráter é a mesma coisa que ajudá-la a desenvolver sua consciência do erro e do acerto. Caráter e consciência expressam a visão que ela possui de si mesma e aproxima-se muito do sentimento de

autoestima. É por essa razão que a educação do caráter é importante”.

A educação deve-se ser voltada para formar pessoas conscientes do certo e errado, levando-o a desenvolver a personalidade, do caráter da elevação da autoestima.

Franco (1986) a disciplina esta intercalada ao processo de transmissão e assimilação dos conhecimentos, costumes e hábitos elaborados historicamente pelo homem. É uma preocupação permanente da comunidade escolar, em uma exigência do contexto escolar e o fazer pedagógico.

Assim, para Donatelli (2004) somos sujeitos sociais vivemos em sociedade por ela e tudo que faz parte dela nos chega como herança sem que possamos optar o que nos agrada ou não, itens que concordamos ou não.

Para Werneck (2005) a indisciplina tem solução. E destaca que o pulso tem que ser forte mas o coração tem que amar, o amor faz a diferença. Na escola tem um quadro de problemas de indisciplina agregados aos comportamentos, atitudes e a bagunça generalizada. Que não há pedagogia no mundo que justifique tais comportamentos em sala de aula. Toda via ressalva que existem quatro tipos de professor: o professor controlador, o professor permissivo, o professor protetor e o professor educador. O professor controlador é aquele que se tivesse condição colocava algemas nos alunos. O professor permissivo é aquele que deixa o aluno fazer o que quiser é o tipo que não educa para conviver. O professor protetor é aquele que faz tudo para o aluno até mesmo o que ele pode fazer. Os alunos não desenvolvem a autonomia nem responsabilidades. O professor educador é aquele que não é controlador, nem permissivo, nem controlador. Age com firmeza, estabelece regras, trabalha em sintonia entre outros professores com o coletivo. Ainda ressalva o profissional competente do amanhã é aquele que sabe conviver com todos. O autor conclui que ensinar para aprender a conviver na escola é

preciso, para aprender a respeitar o outro, aceitar seus gostos, aceitar o outro como ele, assim, é mais importante o respeito do que a obediência, nem sempre quem obedece respeita, mas, quem respeita obedece. A arte de conviver é pessoas que se respeitam.

A concepção equivocada de gestão democrática dentro dos contextos escolares tem contribuído favoravelmente para o aumento do índice de indisciplina. Não se quer dizer que não se deve praticar a gestão democrática nas escolas atuais mas, sim, que seja colocada em pauta a necessidade de um ambiente propício à educação, que esta democratização não retire o poder dos educadores de exigirem a disciplina por parte dos alunos evitando, assim, a decadência do ensino. Cada ideia e inovação visando à qualidade educacional devem vir seguidas de uma reflexão e análise para enriquecer e ampliar saberes sobre os problemas atuais da Educação no Brasil (ZAGURY, 2006).

O trabalho da escola tem uma repercussão muito maior também: não se trata simplesmente de transmitir determinados conteúdos socialmente acumulados pela humanidade: trata-se, além disso, de inserir o sujeito no processo civilizatório, bem como na sua necessária transformação tendo em vista o bem comum (VASCONCELLOS, 1995, p. 33).

Um aspecto relevante vale ser observado, é muito mais comum respeitar quando se tem democracia, pois os indivíduos, de um modo geral, tendem a agir contra o autoritarismo, a imposição as suas vontades. Então, em um ambiente democrático, há um maior respeito perante as diferenças, desde pessoais e até mesmo físicas, onde se consolida melhor o respeito ao outro. Assim, a postura com ideais democráticos de respeito mútuo e reciprocidade, sabendo-se utilizar democraticamente a autoridade em suas funções, pode favorecer ou até mesmo contribuir significativamente para transformações das relações dentro da escola fazendo com que os alunos sejam conscientes e conhecedores da importância do respeito e não da imposição de obediência frente às regras. Portanto, essa transformação dos sujeitos dentro das escolas, sociedade, família e em qualquer grupo de convivência fará com que o

problema da indisciplina seja encarado sob uma perspectiva diferente, onde a obediência às regras seja apresentada não como uma obrigatoriedade mas tendo como pressupostos os ideais democráticos de justiça e igualdade.

Piaget destaca as regras dos jogos que são utilizados para o desenvolvimento das crianças, aprimoramento do conhecimento e a prática de obedecer e respeitar ordens como ferramentas na construção de juízo moral e também na construção da autonomia e, conseqüentemente, da disciplina. A falta de valores ocasiona nas escolas situações que levam à indisciplina, por isso é de fundamental relevância que a escola ajude os alunos a desenvolverem os seus valores e, assim, agirem de acordo com eles, favorecendo para que adquiram autonomia. É importante trazer para dentro dos contextos escolares situações reais e resolução de dilemas para que o aluno adquira, de forma progressiva, tomada de consciência de suas próprias escolhas, dessa forma, a autonomia conduzirá à autodisciplina (ESTRELA,1994).

A disciplina ideal é do tipo consciente e interativo, adquirido através do. Processo de participação, respeito, responsabilidade, construindo conhecimentos voltados à formação de cidadãos.

Araújo (1996 apud AQUINO 1996, p. 110) afirma:

[...] a integração entre ação e o juízo moral será possível para Piaget, quando o sujeito se sentir obrigado racionalmente por sua necessidade interna, a agir moralmente, de acordo com princípios universais de justiça e igualdade. Esse nível de desenvolvimento ideal de autonomia moral dificilmente poderá ser alcançado por sujeitos que vivam constantemente em ambientes de coação e respeito unilateral, uma vez que esse tipo de relação é irreduzível à moral do bem. Somente poderão construí-lo lentamente (como possibilidade) os indivíduos que tenham oportunidade de estabelecer relações interindividuais

com base na cooperação, na reciprocidade e no respeito mútuo.

Desse modo sempre em parceria com os pais, a construção do conceito de coletividade, o desenvolvimento da tolerância à frustração, a descoberta de formas saudáveis de resolver problemas e conflitos, devem ser objetivos tão importantes a serem alcançados quanto os chamados conteúdos escolares.

A escola e a família devem, desde o início, trabalhar e incentivar a construção coletiva de regras de convivência, a elaboração e apresentação diária de uma rotina estruturada, seja de aula ou de atividades domiciliares, valorização do potencial da criança, um planejamento de atividades motivadoras, buscando sempre modos aceitáveis para resolução de conflitos e de expressão de sentimentos.

Acredita que um dos caminhos mais promissores para a construção da cultura de paz é o desenvolvimento de propostas que priorizem a juventude, concebidos a partir de conceitos como cidadania e participação, por meio de práticas de educação, cultura, esporte e lazer. Assim, “o desafio maior está em transformar premissas, filosofias, concepções e resultados de pesquisas em medidas práticas que possam contribuir para a formulação de políticas públicas” (ABRAMOVAY, AVANCINI, 2006, p. 25).

Desse modo o indivíduo, desde o nascimento aprende regras e normas para estar inserido na sociedade vinculando-se a um conjunto de valores e propósitos que atinjam a interação entre as pessoas. Observando a escola nessa vertente, a instituição não deixa de ser uma organização que apresenta características peculiares a respeito da função social, onde a tomada de decisões está relacionada à resolução de conflitos entre as pessoas.

A estrutura física das escolas também afeta o ambiente escolar. Em geral, as escolas estão separadas do entorno por muros, cercas e grades. Uma boa parcela dos alunos critica a qualidade do ambiente físico, principalmente as salas de aula, corredores e pátios, embora eles afirmem gostar da escola em que estudam. Os locais que os alunos preferem nas escolas são as cantinas, corredores, pátio e outros.

Nos dias atuais a escola sofre incessantemente com o agravamento das ocorrências de atos violentos no seu interior e também no seu entorno. A violência se manifesta de diversas maneiras e envolve os integrantes da escola tanto como vítimas quanto como agressores. A dimensão que a violência atingiu no ambiente escolar, que deveria ser de socialização, aprendizagem e formação do homem, põe em risco o exercício dessas funções, pois a instituição escolar também aparece como lugar de explosão de conflitos sociais. (...) (SANTOS, 2001).

As relações entre alunos e professores as atitudes e percepções de uns sobre os outros e sobre a escola, cabe indagar sobre como eles se relacionam no ambiente escolar. Tratando-se dos estudantes, depois dos seus colegas, o professor é o principal interlocutor, sejam suas relações cordiais ou não.

De certa forma, os alunos valorizam professores que os incentivam a continuar os estudos, mostrando-se interessados neles, preocupando-se com seu desempenho, dando conselhos, dialogando e sendo amigos. Dialogar, para os alunos, significa tratar os assuntos que despertam o interesse deles, conversar, trocar opiniões sobre as principais decisões a serem tomadas nas escolas. A atenção e o diálogo são ressaltados pelos alunos, criando momentos de descontração nas aulas, facilitando a aproximação entre eles.

As relações entre alunos, diretores e outros atores da escola os diretores são elogiados pelos alunos quando oportunizam o diálogo, dando-lhes a

oportunidades tais como: comunicabilidade; quando atendem às reivindicações dos alunos; maleabilidade para lidar com as situações.

A gestão da escola, dessa forma assume uma “autoridade compartilhada”, na qual se delega poder aos representantes da comunidade escolar, que por sua vez assumem responsabilidades em conjunto.

Porém, para compartilhar ou abrir espaço para uma gestão participativa, faz-se necessário que o gestor sensibilize a toda a comunidade escolar, mostrando que o bem-estar de todos e a busca de resultados satisfatórios e soluções viáveis e efetivas para o que se propôs necessitam do envolvimento e do apoio coletivos. Percebe-se que prevenir e superar a violência dentro da escola é um desafio que se concretizado representa o avanço no que se refere à garantia de escola pública de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos permitiu trazer elementos para pensar a prática pedagógica desenvolvida no interior das escolas infantis e, sobretudo, chamar a atenção para a complexidade das relações que ocorrem no interior dessas instituições. Sua consolidação só aconteceu nas últimas décadas, em função dos movimentos sociais de luta e reivindicação pelos direitos humanos, dentre eles, o direito de todas as pessoas a uma educação de qualidade desde a mais tenra idade.

É conveniente ressaltar que a qualidade tem muitas leituras e pode ser analisada sob diferentes perspectivas. O importante é que a educação de qualidade da criança pequena possa ser reconhecida não só no plano legislativo e nos documentos oficiais, mas pela sociedade como um todo. Afinal essa modalidade educacional é de responsabilidade pública e, como tal, deve prioritariamente ser assumida por todos; esse é o nosso maior desafio.

Também é importante destacar a importância do professor mediante ao trabalho com o lúdico na Educação Infantil, onde reconhece que as brincadeiras reconhecidas como atividades lúdicas para a criança, nas quais estão ligados vários aspectos: o prazer de brincar livremente; exige-se um gasto de energia para a manutenção diária do equilíbrio, do controle da agressividade, a experimentação pessoal em habilidades e papéis diversificados, a compreensão e incorporação de conceitos, a realização simbólica dos desejos, a repetição das brincadeiras que permitem superar as dificuldades individuais, a interação e a adaptação ao grupo social, além de proporcionar, alegria, contentamento e liberdade, promovem muitos benefícios ao seu desenvolvimento.

Chegou-se ao entendimento de que o trabalho realizado com lúdico vem ao longo dos tempos conquistando seu espaço, sua importância e até mesmo necessidade, tornando-se uma ação importante de forma geral, ação este presente na vida do ser humano em todas as fases, seja na infância, na idade adulta ou na velhice, sendo que a ação lúdica contribui para a construção da autonomia.

Assim, verificou-se que as brincadeiras contribuem para o desenvolvimento da criança, sendo que na escola os mesmos necessitam ter a mediação docente, pois nesse ambiente o que se busca é a transmissão e a assimilação dos conhecimentos constituídos socialmente pela humanidade.

Conclui-se que é de grande importância investir em um melhor relacionamento interpessoal, com a proposta de os alunos se interessarem pelas aulas. Algumas das formas de solucionar questões indisciplinadas, sem dúvida, são aulas mais motivadoras, mais habilidade do professor em lidar com os alunos, instauração de um clima agradável em sala de aula e, por fim, abordagens metodológicas coerentes e eficientes.

Diante de ação recorrente, há necessidade de o professor ter consciência e conhecimento de que o diálogo deve ser de grande utilidade como ação preventiva. Este entendimento possibilita melhor relacionamento nas relações em sala de aula. Nesse sentido, o diálogo se destaca como fator preponderante na relação pedagógica, como ação afetiva, com o poder de transformar situações conflitantes em participação dinâmica e grupal. Com isso, todos têm oportunidade de se expressarem, demonstrando um contexto democrático. Emerge, assim, uma situação em que o autoritarismo não tem espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VASCONCELOS, Celso dos S. Disciplina – Construção da Disciplina Consciente e Interativa em Sala de Aula e na Escola. São Paulo: Libertad, 1998.

AQUINO, Julio Groppa, Indisciplina: o Contaponto das escolas democráticas. São Paulo, Ed. Moderna, 2003.

ANTUNES, Celso. Jogos para estimulação das Múltiplas Inteligências. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GOMES, Denise Barata. Caminhando com arte na pré-escola. In: GARCIA, Regina Leite. Revisitando a pré-escola. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005. Cap. 7, p. 123-133.

ZABALZA, Miguel. A . Qualidade em educação infantil. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PIAGET, J. A. A psicologia da criança. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal 1996.

ESTRELA, Maria Teresa. Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula. 4. ed. Portugal: Porto, 2002.

D'ANTOLA, A. Disciplina Democrática na escola. In: D'ANTOLA, A. (Org). Disciplina na Escola: Autoridade versus Autoritarismo. São Paulo: EPU, 1999.

GARCIA, J. Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan./abr. 1999.

SAVIANI, D. A nova lei da educação. Campinas,SP: Autores Associados, 1997.

BZUNECK, J. A. As crenças de auto-eficácia dos professores. In: F.F. Sisto, G. de Oliveira, & L. D. T. Fini (Orgs.). Leituras de psicologia para formação de professores. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LA TAILLE, Yves de. A indisciplina e o sentido de vergonha. In: AQUINO, Julio Groppa (Org) – Indisciplina na Escola Alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo, Summus, 1996.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

PARRAT-DAYAN, Silvia. Como enfrentar a indisciplina na escola. São Paulo: Contexto, 2009.